

Projeto nuclear atrasa o dinheiro novo do Bird

ELENO MENDONÇA

A transferência das usinas nucleares para a Eletrobrás, ocorrida em agosto, além de emperrar o repasse de recursos do Banco Mundial (Bird) essenciais à recuperação do setor elétrico, trouxe atraso ao possível financiamento de alguns dos 19 projetos industriais do País, em análise desde junho no Fundo Nakasone. Voltado para o fomento de grandes projetos em países do terceiro mundo, o fundo japonês não está disposto a realizar qualquer operação com o Brasil antes de o Bird repassar à Eletrobrás a linha de US\$ 500 milhões, aprovada desde junho do ano passado. A tentativa nuclear elétrica brasileira, portanto, que até hoje não gerou sequer um quilowatt, está impedindo o País de receber dinheiro novo, a juros baixos e melhores condições de pagamento do mercado internacional.

"Os meios de crédito no Exterior entraram no efeito cascata, condicionando a liberação de recursos só após concretizada a operação com o Bird, cujas preocupações são compreensíveis", afirma Jaime Rotstein, membro da Comissão Nacional de Energia (CNE). Contrário às usinas nucleares desde a assinatura dos acordos com a Alemanha, em 1980, Rotstein propõe, primeiro, o aproveitamento do carvão e das pequenas quedas d'água, antes de o País partir para a energia atômica.

Ele não acredita na possibilidade de repasse dos US\$ 500 milhões do Bird para as usinas nucleares, mas prefere ver a continuidade ou não desses projetos atômicos voltados à geração de eletricidade discutidos no Congresso. "Ninguém tem o direito de legislar de cima para baixo e nunca perguntaram à população se ela queria as usinas", argumenta Rotstein. "Na Áustria, por exemplo, uma usina pronta não entrou em atividade porque um plebiscito não a aprovou."



Antônio Lúcio/AE - 21/7/86

Marcovitch, da USP: o governo resolveu o problema político

Com a anexação das usinas nucleares à Eletrobrás, diz o professor Jacques Marcovitch, da USP, o governo resolveu o problema político, extinguindo a Nuclebrás e fundindo o programa nuclear oficial ao paralelo. No entanto, observa, incorporou-se uma empresa arruinada a uma em recuperação financeira. Para ele, as nucleares devem funcionar como uma subsidiária da Eletrobrás, sem vinculação econômica.

OPÇÃO CARA

"Devemos repensar todo o planejamento energético, pois não se pode ao mesmo tempo investir na prospecção de petróleo em águas profundas, na manutenção do Proálcool e suas projeções, no programa do gás natural, no carvão e na construção de hidrelétricas no Norte", afirma. E acrescentou: "A América Latina precisa de um pólo energético usando a ociosidade das bacias argentinas, o gás da Bolívia e o petróleo venezuelano". Segundo Marcovitch, além de ser uma saída menos onerosa para todos, se estaria consolidando a integração de um bloco econômico para competir no mercado internacional.

O empecilho imposto pelo Bird, conforme o reitor da USP, José Goldemberg, é a falta de retorno de Angra III. "Certamente ela é uma alternativa cara. Orçada entre US\$ 4 e 5 bi-

lhões, Angra III é projetada para 1,3 milhão de kW. A mesma potência, em hidroeletricidade, custaria pelo menos a metade", garante Goldemberg. Para ele, o mais correto, no momento, seria a suspensão da construção dessa usina, a fim de permitir ao Bird a liberação da linha de crédito de US\$ 500 milhões.

Mesmo com atraso no cronograma de obras, Goldemberg não acredita na ameaça de racionamento de energia elétrica em 1993. Segundo disse, o Plano 2010 da Eletrobrás tem características "grandeloquentes" e esse risco é uma forma de pressão de empreiteiras e do setor elétrico sobre o governo. Na sua opinião, a conservação de energia e a moderação no consumo, através de aumentos tarifários que forcem o uso racional, podem reverter essa expectativa. "Além disso, o estímulo à utilização do gás natural também pode servir de instrumento para a alteração do perfil energético."

Jaime Rotstein concorda com a opinião de Goldemberg, de que a ameaça de racionamento não está tão próxima como se alardeia. "O crescimento econômico certamente não será no ritmo previsto pela Eletrobrás. Por outro lado, a necessidade de investimento em manutenção de modernização do sistema elétrico não deve ser esquecida", lembra Rotstein.

Eletrobrás faz operação-ponte

RIO — A Eletrobrás está negociando um empréstimo entre US\$ 100 milhões e US\$ 150 milhões com os bancos privados nacionais para atender às necessidades do setor elétrico, enquanto não é liberado o financiamento de US\$ 500 milhões do Banco Mundial, em discussão há mais de um ano. A informação foi dada ontem, no Rio, pelo presidente da empresa, Mário Bhering, que disse esperar a complementação dessa "operação-ponte" com os bancos privados num prazo de 180 dias. Ele afirmou, também, que os recursos seriam absorvidos pelo grupo Eletrobrás como um todo, mas nada seria destinado à complementação das obras das usinas nucleares de Angra II e III.

Mário Bhering participou da solenidade de abertura do Seminário Internacional de Conservação de Energia Elétrica, no hotel Copacabana Palace, e disse: "O principal entrave hoje da concessão deste empréstimo de US\$ 500 milhões por parte do Banco Mundial é o fato de a reforma do programa nuclear brasileiro ter colocado a continuação das obras das usinas nucleares sob responsabilidade da Eletrobrás".

Segundo ele, o Banco Mundial quer saber de onde virão tais recursos, mas, garantiu, a resposta não cabe apenas à Eletrobrás: cabe ao ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em acordo com o presidente José Sarney e com a direção da empresa.

O problema ecológico para a concessão do empréstimo, disse o presidente da Eletrobrás, já está praticamente superado. O Banco Mundial, de acordo com ele, temia que o projeto afetasse reservas indígenas, mas Bhering assegurou: "Nenhuma parte do programa vai mexer com os índios". Segundo ele, os US\$ 500 milhões serão destinados à complementação das obras das usinas hidrelétricas de Tucuruí, Xingó (no rio São Francisco), das Centrais Elétricas do Estado de São Paulo (cerca de US\$ 150 milhões) e obras de transmissão de energia em Itaipu e na Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul.